



PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº 783

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1.182

PROCESSO Nº 6.737

De autoria do **PREFEITO MUNICIPAL (GUSTAVO MARTINELLI)**, o presente projeto de lei complementar busca prorrogar, excepcionalmente, até dia 31 de dezembro de 2025, o mandato dos atuais conselheiros do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural - COMPAC, criado pela Lei Complementar Municipal nº 443, de 14 de agosto de 2007.

Do Projeto consta sua justificativa às fls. 04/05, bem como a planilha de Estimativa de Impacto Orçamentário-financeiro e demais artefatos técnicos (fls. 06/12).

A competente Diretoria Financeira se manifestou nos autos e verificou que o impacto financeiro-orçamentário do projeto será absorvido pelas dotações orçamentárias, razão pela qual encontra-se apto à tramitação (fls. 17).

1 – PARECER – DA CONSTITUCIONALIDADE:

O Projeto de Lei em exame, que prorroga, excepcionalmente, até dia 31 de dezembro de 2025, o mandato dos atuais conselheiros do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural - COMPAC, afigura-se compatível com a competência legal do Município, nos termos do art. 6º, “caput”, da Lei Orgânica de Jundiaí, que atribui ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, uma vez que dispõe sobre a organização administrativa e às atribuições dos agentes e órgãos da administração pública municipal.

No que tange à iniciativa legislativa, o projeto observa a competência privativa do Chefe do Executivo, nos termos do art. 46, incisos IV e V, e do art. 72, incisos IV e XII, da Lei Orgânica de Jundiaí, uma vez que versa sobre a organização administrativa e atribuições dos órgãos da administração pública municipal:

***Art. 6.** Compete ao Município de Jundiaí legislar sobre assuntos de interesse local com o objetivo de garantir o bem-estar de sua população e o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*





(...)

Art. 46. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham

sobre:

(...)

IV – organização administrativa, matéria orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

V – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal;

Art. 72. Ao Prefeito compete, privativamente

(...)

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

XII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;

A prorrogação excepcional do mandato dos atuais conselheiros do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural (COMPAC), inclusive com efeitos retroativos a 06 de outubro de 2025, visa evitar prejuízo no funcionamento das atividades do Conselho e garantir a conclusão do processo de eleição. Além disso, a prorrogação é necessária para garantir a legitimidade dos atos, deliberações e reuniões que serão realizadas entre outubro e dezembro, inclusive para a adoção das medidas regimentais necessárias para o devido procedimento de eleição dos representantes da sociedade civil.

Tal medida respeita os princípios da legalidade, eficiência administrativa e interesse público, evitando descontinuidade dos trabalhos do Conselho e resguardando o pleno funcionamento do órgão.

Diante disso, não se verifica qualquer violação à Constituição Federal, à Lei Orgânica de Jundiaí ou aos princípios da legalidade, separação de poderes e eficiência administrativa, uma vez que a proposta mantém integralmente as competências do Executivo e não implica criação ou aumento de despesa pública.

2 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, exclusivamente sob o espectro jurídico, entendemos que inexistem quaisquer óbices a regular tramitação do projeto de lei complementar, porquanto constitucional e legal.





Relativamente ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano plenário.

DAS COMISSÕES A SEREM OUVIDAS:

Nos termos do art. 139, inc. I, do Regimento Interno da Edilidade, sugerimos a oitiva da Comissão de Justiça e Redação, da Comissão de Finanças e Orçamento e da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

QUÓRUM: Maioria absoluta (art. 44, §2, “a”, da L.O.M.).

Jundiaí, 02 de dezembro de 2025

Pedro Henrique Oliveira Ferreira

Procurador Geral

Jesiel Henrique Sueiro

Procurador Jurídico

Ana Flávia Silva Aguilár

Procuradora Jurídica

Ester Vitória de Jesus Moraes

Estagiária de Direito

Ana Luiza Canalli Balsamo

Estagiária de Direito

Alday Alves Vieira

Estagiária de Direito

Stephany Vitória Traldi de Souza

Estagiária de Direito

